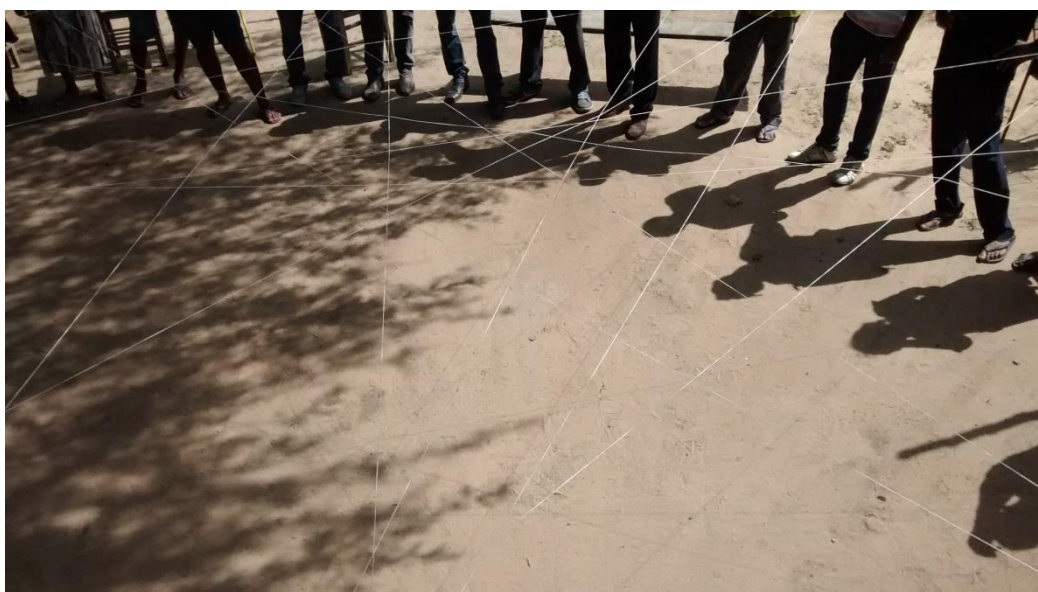




**PROJETO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA
PCT BRA/IICA/05/004 – MUDANÇAS CLIMÁTICAS**



PRODUTO 2 – Relatório Técnico contendo levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco no Estado da Bahia (Etapa I).

**Adalcira Santos Bezerra
Consultora**

**Brasília-DF
2016**

RESUMO EXECUTIVO

Este Relatório Técnico – RT2: contém o levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da BHSF, no Estado da Bahia (Etapa I) por meio do Contrato nº14/001. Consta, além do resumo e apresentação do teor do relatório em que são indicados o objetivo, as parcerias de governo e da sociedade civil no apoio à realização das atividades junto essas comunidades remanescentes. Além desse, compõem os sete itens, uma síntese do reconhecimento da história quilombola, fruto da organização dos movimentos, posta na Constituição de 1988 com desdobramento nas leis que a seguem, citando o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT Art 68. Em seguida apresenta um desenho do retrato das comunidades no contexto do Estado da Bahia, localizado em dois territórios, um mais amplo, o Território de Identidade que abrange todas as comunidades tradicionais (incluindo quilombolas) e povos indígenas e um recorte desse primeiro, o Território do Velho Chico, onde se inscrevem os quinze territórios quilombolas de sete municípios da Bahia, foco do trabalho. Inclui a descrição das informações reunidas no tempo de visitas técnicas, a percepção geral com comentário, por fim as referências consultadas.

Sumário

1. APRESENTAÇÃO	4
2. OBJETIVOS	5
3. HISTÓRIA – ECOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	5
3.1. AUTO-IDENTIFICAÇÃO: Sou quilombola	5
4. CAMINHOS PARA A TITULAÇÃO: Territórios Quilombolas	6
5. RETRATO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE/ESTADO DA BAHIA: Território do Velho Chico	8
5.1. Território do Velho Chico e seus quilombolas	10
6. DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES: Comunidades Remanescentes de Quilombos	13
7. PERCEPÇÃO DO CONTEXTO	27
8. COMENTÁRIO	28
9. REFERÊNCIAS	30
ANEXOS	30

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório tem por finalidade atender ao contrato de prestação de serviços de consultoria n^o 114298, relativo ao termo de referência n^o 4853 para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, para desenvolver o Relatório Técnico – RT2 contendo levantamento das informações das comunidades remanescentes de quilombos da BHSF, no Estado da Bahia (Etapa I).

Nessa direção, o presente documento apresenta o resultado das atividades desenvolvidas para a elaboração do referido relatório técnico, com a identificação e abrangência dos programas do governo federal, direcionados e acessados para e por essas comunidades nas áreas do meio ambiente, acesso à terra e a água, educação quilombola, saúde, habitação, transporte, saneamento e infraestrutura, regularização fundiária, cultura. Igualmente os aspectos da cultura identitária ancestral, sua preservação pelas gerações atuais e futuras no artesanato, saberes tradicionais, danças, rezas, outros.

Serviram de referência, fontes do governo federal desde a Constituição Federal de 1988, o site da Fundação Palmares, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária – Incra, o Programa Brasil Quilombola – PBQ¹, Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP, o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR.

O documento está organizado em sete itens sem considerar o resumo, desde a apresentação do trabalho, o objetivo das atividades para o levantamento das informações, uma descrição do histórico sobre o reconhecimento de comunidades originárias de antepassados escravizados, inscritos na Constituição/88, a criação dos territórios identitários com o apoio do governo do Estado da Bahia, onde também estão inseridas essas comunidades. Está descrito o resultado da colheita de informações que dão conta do estágio situacional do modo de vida quilombola em relação aos programas e ações afirmativas e de reparação, um posicionamento sobre a percepção da realidade, comentários e as referências consultadas.

¹ O Programa Brasil Quilombola¹ foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Com o seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas, conforme segue: Eixo 1: Acesso À Terra; Eixo 2: Infraestrutura e Qualidade de Vida; Eixo 3: Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local; e o Eixo 4: Direitos e Cidadania.

2. OBJETIVOS

Apresentar o resultado das atividades do levantamento das informações em comunidades remanescentes quilombos no Estado da Bahia (Etapa 1), região do Médio São Francisco.

3. HISTÓRIA – ECOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

3.1. AUTO-IDENTIFICAÇÃO: Sou quilombola

Ser quilombola é uma questão de assunção do lugar histórico que originou sua ancestralidade e que significa ser herdeiro do qual é parte e todo. Para Marques, (2008) [... É a continuidade histórica que relaciona o território fundado pelo ancestral comum aos seus moradores atuais...]. Além do fundamento histórico, o significado de comunidade se constrói a partir do compartilhamento das mesmas condições sociais e de um mesmo modo de viver, cultural, espiritual e mítico (LIMA, Et al). “O sentimento de pertencer a uma coletividade que possui uma mesma origem histórica define a comunidade” (LIMA, Et al).

O determinante histórico do SER remanescente² quilombola advém da Constituição de 1988, que inaugura pela primeira vez na história, enquanto sujeito de direito legítimo, uma luta e conquista dos movimentos negros, garantido, especificamente no Artigo 68, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, a saber: *"Art. 68. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos."* Portanto, na contramão da legislação colonial, os quilombolas passam ter direito à reparação de danos.

A proposta para que fosse reconhecido o direito das terras às comunidades

² “Contemporaneamente, portanto, o termo não se refere a resíduos ou resquícios arqueológicos de ocupação temporal ou de comprovação biológica. Também não se trata de grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea. Da mesma forma nem sempre foram constituídos a partir de movimentos insurrecionais ou rebelados, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar”. Deste modo, comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. (http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_oque.html).

quilombolas na Constituição Federal de 1988 foi, como resultado de um amplo processo de mobilização das comunidades negras rurais, do movimento negro urbano e de outras organizações, apresentada à Assembleia Nacional Constituinte, através de uma emenda de origem popular (SOUZA).

Com fins de representação das comunidades quilombolas, no ano de 1995, foi criado pelo movimento nacional das comunidades negras rurais a Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos – Conaq, fruto de uma deliberação do I Encontro Nacional de Comunidades Negras Rurais Quilombolas, realizado em novembro de 1995, em Brasília/DF. Em 1996 o Conaq é oficializado durante a reunião de avaliação desse encontro na cidade de Bom Jesus da Lapa – BA. A participação do Conaq na elaboração do [Decreto Federal nº 4.887 de 2003](#)³, tem grande significado, representa a principal instância de luta dos direitos quilombolas em prol do acesso à terra e das políticas afins para a garantia da cidadania.

4. CAMINHOS PARA A TITULAÇÃO: Territórios Quilombolas

Como forma de congregar as ações direcionadas às comunidades quilombolas, em 2004, o governo federal instituiu o Programa Brasil Quilombola, seguido da criação da Agenda Social Quilombola – ASQ⁴, com recursos previstos no PPA, a ser desenvolvido por dezenas de ministérios de modo a atender os objetivos para:

A garantia do acesso à terra; ações de saúde e educação; construção de moradias, eletrificação; recuperação ambiental; incentivo ao desenvolvimento local; pleno atendimento das famílias quilombolas pelos programas sociais, como o Bolsa Família; e medidas de preservação e promoção das manifestações culturais quilombolas.

Em pesquisas extraiu-se que tanto a legislação federal quanto as estaduais, orientam o “processo para a identificação até a titulação das terras quilombolas”, sendo o Incra o órgão responsável na esfera federal em acordo com o citado decreto e a [Instrução Normativa Incra nº 57 de 2009](#), enquanto que à Fundação Cultural Palmares coube a emissão da Certidão de Registro no Cadastro Geral de Remanescentes de Comunidades

³ Regulamenta o procedimento para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

⁴ ASQ atua em eixos relacionados ao acesso à terra, infraestrutura e qualidade de vida, inclusão produtiva e desenvolvimento local e direitos de cidadania. A gestão da ASQ é estruturada a partir do Comitê Gestor Interministerial e tem caráter deliberativo e executivo composto por Ministérios e Secretarias Especiais.

de Quilombos com base no mesmo decreto. A partir do decreto foi iniciado pelo Incra/SE um processo inédito no País, com a obtenção de áreas particulares para a criação do futuro território, o que se deu no final de 2013.

É importante registrar que no Brasil, as primeiras comunidades a serem tituladas contam a história de um quilombo, berço e símbolo da resistência contra a escravidão, daí a Fundação Palmares, ter criado no ano de 2007 o Parque Memorial Quilombo dos Palmares, único do gênero no Brasil, em memória à luta e defesa daquele povo. O quilombo Muquém, é a materialidade do pertencimento por ser remanescente do Grande Quilombo dos Palmares, à época liderada por Zumbi dos Palmares.

O povoado de Muquém/AL, situado no pé da Serra da Barriga, segundo alguns pesquisadores, esta comunidade remonta os ancestrais de onde, de acordo com Moura (2009, p. 31), ela teria surgido há aproximadamente 150 ou 200 anos atrás, exatamente no período da escravidão no Brasil.

Para que a comunidade quilombola possa receber a titulação de suas terras, há um rito a ser seguido, iniciado pela Fundação Palmares, a partir do qual o Incra dá prosseguimento até a regularização fundiária com a posse definitiva. Então há um marco inicial seguido por sete etapas, de acordo como descritas na sequência.

Marco Inicial- Certificação, concedida pela Fundação Palmares que entre as suas atribuições está a formalização da “existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas públicas de acesso à cidadania”. Após a etapa de certificação o rito até a titulação obedece as fases descritas e sintetizadas na **Figura 1**:

1. Fase inicial – abertura do processo no Incra para reconhecimento dos Territórios Quilombolas.
2. Elaboração do RTID – Início do estudo da área visando à elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Declaração.
3. Análise e julgamento de recurso do (RTID – Após a publicação do RTID, o processo é aberto para contraditório).
4. Portaria de Reconhecimento – Portaria que declara os limites do território.
5. Decretação/encaminhamento – Decreto presidencial que autoriza a desapropriação

privadas/encaminhamentos a entes públicos que tenham a posse.

6. Desintrusão – Notificação e retirada dos ocupantes.

7. Titulação – Emissão de título de propriedade coletiva para as comunidades.

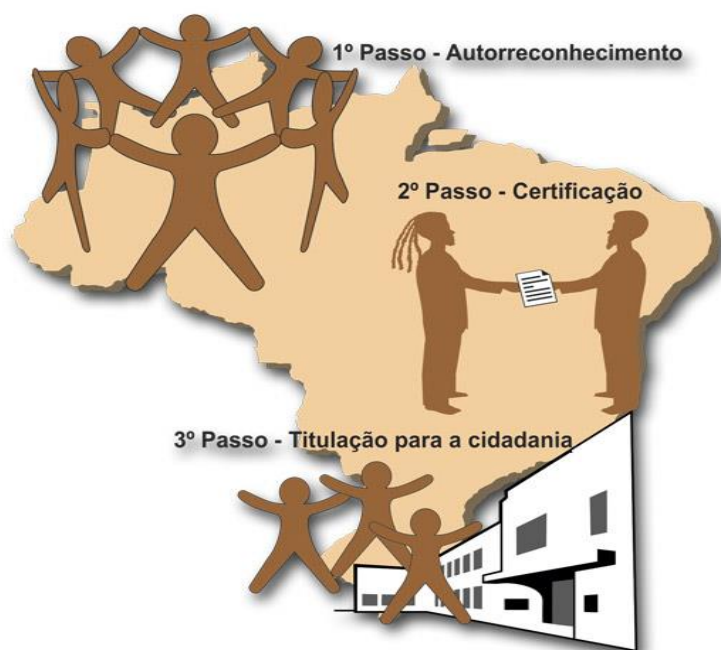


Figura 1: Síntese dos passos/fase da Certificação à Titulação. **Fonte:** Serra da Barriga.

5. RETRATO DAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS EM TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE/ESTADO DA BAHIA: Território do Velho Chico

O Estado da Bahia, localizado na Região Nordeste do Brasil, “possui uma população estimada em 15.203.934 (estimativa 2015 - IBGE) habitantes e uma área de em km²: 564.692,669 km²”. Conta com 417 municípios espacializados em 27 Territórios de Identidade.

A Bahia é o estado de maior presença negra do Brasil, com mais de 70% de sua população afro descendente e isto evidencia a implantação de uma consistente rede de dominação escravista, que perdurou por mais de 350 anos. Por outro lado, foi também na Bahia um dos lugares onde a resistência negra contra a escravidão, aflorou com mais densidade, pois além das insurreições urbanas como Búzios, Malês, etc., destacou-se o surgimento de quilombos, que se constituíram em verdadeiros símbolos da resistência e luta pela liberdade.

Com intuito de investir na melhoria da qualidade das comunidades rurais, por meio para a implantação de Políticas Públicas, foi instituído por meio do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, o Programa Territórios da Cidadania, conforme descrito:

Art. 1º Fica instituído o Programa Territórios da Cidadania, a ser implementado de forma integrada pelos diversos órgãos do Governo Federal responsáveis pela execução de ações voltadas à melhoria das condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e a oportunidades de inclusão social e econômica às populações que vivem no interior do País.

Nesse estado, o processo se deu a partir das comunidades que compreendendo e se auto identificando com suas particularidades regionais, criaram como desdobramento dos debates com o governo estadual, 27 Territórios de Identidade (**Figura 2**) os quais foram reconhecidos pelo Governo desse estado para a atuação no território que à época recebeu a conceituação:

O território é conceituado como um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, caracterizado por critérios multidimensionais, tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade, coesão social, cultural e territorial.

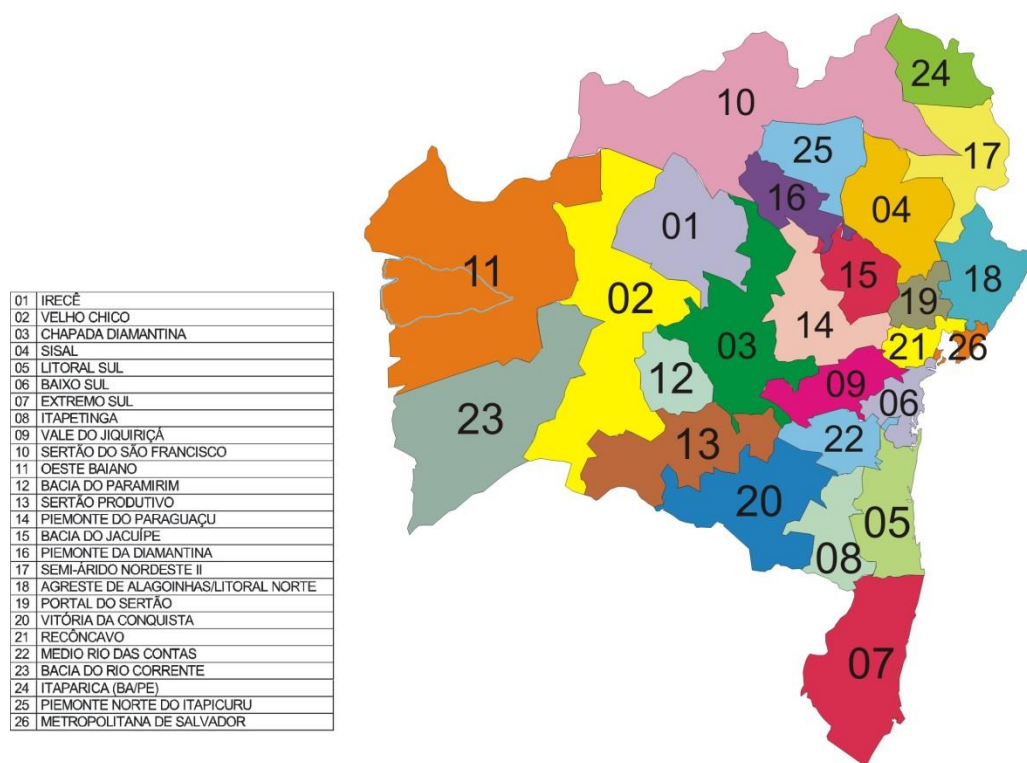


Figura 2: Mapa dos Territórios de Identidade. 02 - Território Velho Chico.

Para o presente trabalho optou-se pelo Território do Velho Chico (02) por indicação dos parceiros do território apoiadores na logística para elaboração do produto.

5.1. Território do Velho Chico e seus quilombolas

Situado na região do Médio São Francisco, o Território do Velho Chico está enraizado em uma região de retrocesso econômico, político e social quando o rio São Francisco, deixa de ser navegável economicamente. Historicamente foi uma região marcada pelo coronelismo, por concentração de posse de terra e colonização como consequência. Com um povo à mercê do isolamento, da violência escravista, o que pode explicar o contingente expressivo de quilombolas nessa região do estado da Bahia.

Em termos ambientais a região gozou de uma rica vegetação nativa nas margens do rio e afluentes e no território com “áreas transição cerrado/caatinga, sujeita a um clima específico, grandes formações florestais”. Nos tempos atuais os sucessivos desmatamentos tiveram como objetivo, tornar a região agrícola e de pecuária e assim cumpriu-se o destino. Nessa onda, “todos os cursos d’água e encostas marginais estão ocupados com pastagens e roçados”.

O Território Velho Chico tem como referência a calha do Rio São Francisco, no trecho denominado médio São Francisco. Na sua composição hídrica encontram-se as Bacias dos Rio Paramirim e Santo Onofre, Bacia do Rio Grande, Bacia do Rio Verde jacaré, Rio das Rãs e Rio Carinhanha e Bacia do Rio Verde que são seus afluentes e tributários.

Para a efetivação das atividades no período de 19 a 29/02/16 do que trata o presente relatório, dentre os dezesseis (**Figura 3**) municípios constantes desse Território, foram selecionados **sete** (Bom Jesus da Lapa, Carinhanha, Serra do Ramalho, Paratinga, Muquém do São Francisco, Sitio do Mato e Malhada), e **quinze** comunidades remanescentes de quilombos (Estreito, Barreiro Grande, Agua Fria, Barrinha, Lagoa do Jacaré (Poção), Barro, Jatobá, Mangal Barro Vermelho, Tomé Nunes, Parateca e Pau D’Arco, Nova Batalhinha, Lagoa do Peixe, Juá Bandeira, Fortaleza e Lagoa das Piranhas).O observa-se das quinze comunidades visitadas, que a maioria está localizada às margens do rio.

Como informado anteriormente nesse mesmo item, um conjunto de instituições apoiadoras, do governo federal, municipais e outros, contribuíram para a efetivação do trabalho, Etapa 1, em datas acordadas. As informações seguem apresentadas no **quadro 1**:



Fonte: Conferência de Cultura (2011).

Figura 3: Território do Velho Chico.

Quadro 1: Atividades em Territórios Comunidades Remanescente de Quilombos e Municípios/Bahia.

PERÍODO: 20 a 29. 02.16			
COMUNIDADE	MUNICÍPIO	DATA	APOIO
Estreito	Carinhanha	20/02	Incra
Barreiro Grande	Serra do Ramalho	20/02	Incra
Água Fria	Serra do Ramalho	20/02	Incra
Barrinha	Bom Jesus da Lapa	22/02	Secretaria da Igualdade Racial
Lagoa do Jacaré (Poção)	Paratinga	23/02	Codevasf
Barro	Paratinga	23/02	Codevasf
Jatobá	Muquém do S. Francisco	24/02	Secretaria de Educação
Mangal Barro	Sítio do Mato	24/02	Codevasf

Vermelho			
Tomé Nunes	Malhada	25/02	Codevasf
Parateca e Pau D' Arco	Malhada	25/02	Codevasf
Nova Batalhinha	Bom Jesus da Lapa	26/02	Codevasf
Lagoa do Peixe	Bom Jesus da Lapa	27/02	Secretaria da Igualdade Racial
Juá Bandeira	Bom Jesus da Lapa	28/02	Secretaria da Igualdade Racial
Fortaleza	Bom Jesus da Lapa	28/03	Secretaria da Igualdade Racial
Lagoa das Piranhas	Bom Jesus da Lapa	29/02	Secretaria da Igualdade Racial

As atividades do que trata o levantamento foram concentradas no Território do Velho Chico (**Figura 2 – 02 e Figura 3**), devido à disponibilização de apoio logístico para transporte/deslocamento, acompanhamento de técnicos e lideranças quilombolas, respectivamente da Codevasf, Incra, Secretaria de Educação e da Reparação e Igualdade Racial do Município de Bom Jesus da Lapa, da coordenação da Câmara Consultiva Regional do Médio São Francisco – CCR do Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco – BHSF e da Coordenação Nacional De Articulação Das Comunidades Quilombolas – Conaq.

As comunidades remanescentes de quilombos, conforme indica o **quadro 2**, a seguir, estão certificadas pela Fundação Palmares, no entanto, apenas duas, Mangal Barro Vermelho (Sítio do Mato) e Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa) estão tituladas, sendo que a primeira aconteceu no ano de 1999, quando lhe foi outorgada 7.615,1640 hectares e a segunda recebeu o título no ano de 2000 com outorga de 2.100, 5400 hectares.

Quadro 2: Comunidades Visitadas

Comunidade	Nº Famílias	Município	Ano Certificação	Incra Situação Atual
Rio das Rãs	800	Bom Jesus da Lapa	2000	Titulada
Mangal Barro Vermelho	156	Sítio do Mata	2009	Parcial
Lagoa do Peixe	150	Bom Jesus da Lapa	2006	RTID
Jatobá	69	Muquém do São Francisco	2006	Titulação Parcial
Pau D'Arco e Parateca	500	Malhada	2004	Titulação Parcial
Araçá, Cariacá, Pedras, Patos e Retiro	155	Bom Jesus da Lapa	2009	RTID
Lagoa das Piranhas	109	Bom Jesus da Lapa	2011	RTID

Nova Batalhinha	20	Bom Jesus da Lapa	2008	RTID
Tomé Nunes		Malhada	2008	S/informação

6. DESCRIÇÃO DAS INFORMAÇÕES: Comunidades Remanescentes de Quilombos

Foram elaboradas as estratégias para a articulação institucional, consulta em sítios governamentais, por fim as visitas em quinze comunidades, duas por dia, com fins de colher informações acerca das ações do governo federal em territórios quilombolas. O levantamento das informações sobre as ações na esfera do governo federal em comunidades quilombolas baseou-se nos eixos e alguns componentes do Programa Brasil Quilombola⁵:

- **Eixo 1:** Acesso à terra – execução e acompanhamento dos trâmites necessários para a regularização fundiária das áreas de quilombo, que constituem título coletivo de posse das terras tradicionalmente ocupadas;
- **Eixo 2:** Infraestrutura e Qualidade de Vida consolidação de mecanismos efetivos para destinação de obras de infraestrutura (habitação, saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social;
- **Eixo 3:** Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local apoio ao desenvolvimento produtivo local e autonomia econômica, baseado na identidade cultural e nos recursos naturais presentes no território, visando a sustentabilidade ambiental, social, cultural, econômica e política das comunidades;
- **Eixo 4:** Direitos e Cidadania fomento de iniciativas de garantia de direitos promovidas por diferentes órgãos públicos e organizações da sociedade civil, estimulando a participação ativa dos representantes quilombolas nos espaços coletivos de controle e participação social, como os conselhos e fóruns locais e nacionais de políticas públicas, de modo a promover o acesso

⁵ “O Programa Brasil Quilombola foi lançado em 12 de março de 2004, com o objetivo de consolidar os marcos da política de Estado para as áreas quilombolas. Como seu desdobramento foi instituída a Agenda Social Quilombola (Decreto 6261/2007), que agrupa as ações voltadas às comunidades em várias áreas” (BRASIL).

das comunidades ao conjunto das ações definidas pelo governo e seu envolvimento no monitoramento daquelas que são implementadas em cada município onde houver comunidades remanescentes de quilombos.

Quando possível buscou-se identificar os aspectos no que tange a sua cultura, o artesanato, a religiosidade, a culinária, enfim do conjunto de características de preservação da memória e história, que tornam um território quilombola.

Das fontes consultadas estão os sítios da Fundação Palmares, Inbra, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, Fundação Nacional de Saúde - Funasa, Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR, Programa Brasil Quilombola – PQB. Também foram acessadas a Câmara Consultiva Regional do Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco – CCR/CBHSF, a Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas – Conaq, a Comissão Pró-Índio de São Paulo – CPISP, o Atlas Observatório Quilombola e artigos acadêmicos sobre o tema.

A pesquisa resultou em informações gerais sobre o estado da arte das comunidades certificadas, nas fontes pesquisadas, observou-se a existência de estudos incipientes sobre essas comunidades no Território do Velho Chico/ Região do Médio São Francisco/BA. Há informações importantes que não estão disponíveis, embora existam, como é o caso das coordenadas geográficas das comunidades visitadas e de modo geral de todas, uma vez reconhecidas.

Quando muito há referências para as consideradas emblemáticas, no contexto da luta pelo reconhecimento e conseqüente reparação, no caso, destaca-se, principalmente, a comunidade de Rio das Rãs, **figura 4** e Mangal Barro Vermelho.



Figura 4: Comunidade Rio das Rãs. Bom Jesus da Lapa.

Na esteira do exposto, desde a certificação e reconhecimento pela Fundação Palmares, o Inbra é responsável pela regularização fundiária desde a abertura do processo para reconhecimento dos Territórios Quilombolas, à emissão de título de propriedade coletiva para as comunidades, ao final são sete etapas (ver item 3), cujos ritos são bastante morosos.

As articulações com as comunidades se deram por meio do apoio conjunto da CCR/CBHSF, prefeitura de Bom Jesus da Lapa e o Inbra Regional, esses contataram e agendaram com as lideranças das comunidades dos sete municípios, propuseram uma agenda e roteiro (**anexo 1**) convergentes para as visitas e realização das atividades. Apesar de sugerido a presença dos principais representantes de cada comunidade, entre cinco e dez pessoas, houve um número elevado em todas as visitas.

Anterior às visitas, por sugestão de algumas lideranças, foi encaminhado um questionário a cada comunidade para a colheita de informações, de forma a obter dados, que em uma conversa presencial de duas horas poderia não ser possível. Apenas a comunidade de Água Fria, entregou o questionário preenchido conforme segue, três ficaram de enviar por email, os demais não deram retorno.

Assunto: Levantamento de informações sobre a realidade nas comunidades remanescentes quilombolas da BHSF, no Estado da Bahia: meio ambiente; acesso à terra; acesso à água; habitação; educação quilombola; saúde; segurança alimentar; infraestrutura; cultura; programas sociais.

Solicitamos a gentileza de responder para ser entregue no dia da visita técnica em sua comunidade.

1. Nome da associação da comunidade. Associação de Moradores de Água Fria (AMAFIA) município de Serra do Ramalho.
2. Ano de criação: Fundada em 1995
3. Nome do presidente: Paulo Batista Lima
4. Números de associados: 49 sócios
5. Número de famílias na comunidade: 60 famílias
6. Número de jovens (aproximado): 38 jovens
7. Ano da publicação da RTID:
8. Estágio em que se encontra para a titulação: Em processo no INCRA
9. Pontos positivos e negativos das condições ambientais:

Positivos: Ainda tem matas, lagoas com peixes, jacarés, capivaras e outros animais silvestres.

Negativos: Desmatamentos e queimadas, caça e pesca predatórias principalmente por pessoas vindas de fora.

10. Pontos positivos e negativos sobre as condições de educação quilombola:

Positivos: Trabalho de conscientização, muitos alunos assumem sua raça.

Negativos: Falta de profissionais especializados na área, capacitação para professores, apoio da secretaria de educação e governo municipal.

11. Pontos positivos e negativos das condições de saúde:

Positivos: vacinação

Negativos: Não temos acompanhamento de agentes de saúde, muita dificuldade nas consultas em geral, falta de atendimento de emergência, posto de saúde na comunidade.

12. Pontos positivos e negativos das condições de acesso à água:

Positivos: Temos um posto artesiano que abastece a comunidade mesmo a água sendo salgada é a única que temos.

Negativos: Temos uma obra de auto custo, mas está parada nunca fizeram a ligação já fomos a prefeitura reivindicar, na condevasf e nada.

13. Pontos positivos e negativos das condições ambientais na comunidade:

Positivos: Temos um grupo que ajuda muito com palestras, pessoas que tem suas hortas, grupo de mulheres, grupo de jovens.

Negativos: Desmatamento por pessoas de fora, queimadas, todo ano aparece o fogo do nada. A comunidade juntamente com o grupo NGA associação já

denunciamos várias vezes e não foi feito nada.

14. Pontos positivos e negativos das condições dos Programas Sociais:

Positivos: Bolsa família, bolsa verde, seguro pesca, garantia safra.

Negativos: falta incluir algumas famílias

15. Pontos positivos e negativos das condições de segurança alimentar:

Positivos: Pequenas hortas, plantas frutíferas, pescam, pequena agricultura e criação de animais de pequeno porte.

Negativos: Não tem supermercado, padaria tudo é comprado fora.

16. Pontos positivos e negativos das condições ambientais na comunidade:

Positivos: Tem um grupo de conscientização, após este grupo as coisas tiveram bastante desenvolvimento.

Negativos: Queimada, caça e pesca predatória.

17. Pontos positivos e negativos das condições de habitação (Minha Casa Minha Vida). Qual a demanda? Quantas foram construídas?

Positivos:

Negativos: Não fomos beneficiados com nenhum projeto do minha casa minha vida porém existem famílias na nossa comunidade que ainda moram em casas de taipa e precisa de reforma nas casas com sanitários porque muitos ainda usam céu aberto.

18. Pontos positivos e negativos das condições de infraestrutura (saneamento, eletrificação, comunicação e vias de acesso) e construção de equipamentos sociais destinados a atender as demandas, notadamente as de saúde, educação e assistência social:

Positivos: Já temos energia elétrica em todas as casas, internet na escola colocada recentemente.

Negativos: Não temos sanitário em todas as casas, água tratada, estradas.

19. Pontos positivos e negativos das condições de preservação da cultura quilombola. Religiosidade de matriz africana. Festividades. Benzedeiras. Culinária.

Positivos: As nossas tradições continuam, ainda temos benzedeiras, samba de roda, culinária como: (canjica, bolo de milho, cuscuz, tapioca, bejú, farofa, mandioca, etc.) festejamos Nossa Senhora de Fátima a padroeira da comunidade, guardam os dias santos. Ainda temos roda de capoeira trabalhada na escola, cantiga de roda, etc.

Negativos: não temos um espaço adequado para as apresentações e manifestações culturais.

20. Pontos positivos e negativos das condições de preservação do artesanato originário da cultura ancestral:

Positivos: Têm muitos artesanatos, crochê, esteira, balaio, pote de barro, tapete de retalho, tralha de pesca, etc.

Negativos: Falta de condições financeiras e apoio para saída dos produtos.

21. Influência para a subsistência do rio São Francisco ou de seus afluentes no dia-a-dia da comunidade

Positivos: Conscientização para o não desmatamento das margens, fiscalização do grupo do bolsa verde onde há desmatamento, lixo.

Negativos: Não temos apoio dos órgãos competentes que ajude nestes trabalhos.

22. Pontos positivos e negativos das condições de acesso à internet (telecentros, outros):

Positivos: Na escola já tem wi-fi e é usado por toda a comunidade.

Negativos:

23. Pontos positivos e negativos das condições de acesso a cursos para jovens e mulheres:

Positivos: Já temos quatro alunos fazendo Educação do Campo através do movimento.

Negativos: Está muito pouco o acesso a faculdades, nunca tivemos oportunidades de cursos para jovens e mulheres.

24. O que é ser quilombola (três frases): É ter orgulho do que somos, É preservar as nossas raízes, É lutar por igualdade e direitos.

25. Outros que queira acrescentar.

Na Bahia, a Comunidade Remanescente de Quilombos Rio das Rãs, significa um símbolo da luta e resistência contra os fazendeiros/grileiros por mais de uma década com apoio de entidades religiosas e do movimento negro, até que no ano de 2000, teve suas terras tituladas pela Fundação Palmares, no mesmo ano a Comunidade Mangal Barro Vermelho também recebeu a titulação. Embora existam processos no Incra em diversos estágios, a partir dessa data, nenhuma outra comunidade teve suas terras regularizadas até a posse definitiva.

O acesso à terra pelas comunidades remanescente, está intimamente relacionado à questão agrária brasileira, que incide diretamente na propriedade da terra e sua estrutura fundiária (Adaptado de Gildene Soares Carvalho). Neste sentido a formação dos quilombos no Brasil faz parte de um histórico de luta e resistência relacionada a questão agrária brasileira pelo direito à terra garantido culturalmente pelos antepassados.

Foi extraído junto aos gestores municipais, federal, associações e associados e representação das comunidades quilombolas no Comitê da Bacia Hidrográfica do São Francisco, que nos últimos 13 anos a partir da criação do decreto, seriam alavancados os processos legais intermediários até a desintrusão da terra, com consequente regularização fundiária e titulação definitiva, o que não vem ocorrendo.

Essa é uma realidade ainda muito distante, se considerar que apenas duas comunidades quilombolas conquistaram esse direito, Rio das Rãs (Bom Jesus da Lapa) e Mangal Barro Vermelho (Sítio do Mato), e duas a titulação parcial, Pau D'arco Parateca (Malhada) e Jatobá, (Muquém do São Francisco), **figura 5**. Para Florisvaldo remanescente do quilombo Cariacá e Secretário da Reparação e Igualdade do Município de Bom Jesus da Lapa, embora o decreto tenha animado, trazido esperança, a concretização não tem acontecido.



Figura 5: Comunidade de Jatobá. Muquém de São Francisco.

Das quinze comunidades visitadas, todas estão certificadas pela Fundação Palmares, algumas com processos abertos para os passos seguintes, o que se dá junto ao Incra, outras dependentes da organização da comunidade por meio de suas associações para requerer participação. Florisvaldo acrescenta que a sua pasta vem sendo um ponto de apoio e de orientação por não ser a função precípua. Há casos em que a comunidade quilombola foi cadastrada como assentamento pelo Incra em ocasiões remotas, por ocasião da Programa Especial de Colonização – PEC iniciado em 1975, quando da criação do município de Serra do Ramalho⁶.

⁶ O município de Serra do Ramalho originou-se do assentamento das famílias ocorrido com a construção da barragem de “Sobradinho”, alagando as cidades de Casa Nova, Remanso, Sento Sé, Pilão Arcado e Xique Xique. No dia 13/05/1975 foi criado o PEC’SR – Projeto Especial de Colonização Serra do Ramalho pelo INCRA, com o objetivo de assumir a transposição das 1.800 famílias e os “sem terra” de várias partes do

Poucas são as comunidades que não vivem situações de conflitos com os fazendeiros e internos, esses estão de posse das terras que a cercam de tal forma que os quilombolas não têm liberdade/direito de ir e vir, vivendo em constante ameaça. Ainda hoje, as crianças crescem sob o signo do medo e seus familiares privam-nas de andarem por aí (comunidade Barrinha), **figura 6**, pois os empregados andam armados. Muitas vezes não deixam elas irem para a escola porque os empregados ficam na estrada atirando para o alto como forma de ameaça e para amedrontar as pessoas.



Figura 6: Comunidade de Barrinha. Bom Jesus da Lapa.

Outro conflito surge da falta de perspectiva de trabalho e renda, principalmente, para os mais jovens que por falta de terra para o plantio, acabam indo trabalhar nas fazendas. Situações essas que vem gerando a divisão na comunidade, pois, enquanto, há famílias que lutam pela posse da terra, há as que estão sendo induzidas às intencionalidades dos ocupantes dessas mesmas terras quilombolas, para a destabilização comunitária e o não alcance do objetivo. Informa a representante de Barrinha (Bom Jesus da Lapa) que o uso de álcool por jovens é maior entre os que estão nas fazendas, esse é outro fator de preocupação, pois os jovens são importantes para a continuidade da memória ancestral. Da forma que vai não há distinção entre ser negro quilombola ou não, completa.

Para Nilza da comunidade Água Fria (Serra do Ramalho), *existe muito mais conflito com o governo que ao criar o decreto, em 2000, não sustentou a política para que a gente não estivesse vivendo dessa forma. O Incra tem uma agência em Bom Jesus da Lapa com poucos funcionários, a gente procura para saber do processo que está sempre parado. No governo Lula, tivemos muito mais processos e entrega em outros lugares, aqui tem sido desse jeito.*

O acesso a água é de pior qualidade, não há água tratada, é consumida salobra das cisternas, dos poços artesianos, do rio, dos carros-pipas fornecido pelo exército e prefeituras. A comunidade de Água Fria comenta que o Programa Água para Todos é água para ninguém, isso em referência à Codevasf que iniciou a implantação de cisternas em local não adequado, quando contestamos recebemos a resposta da comunidade: *“o engenheiro aqui sou eu ... o motor deveria ser trifásico, mas foi colocado um e outro sumiu. Assim mesmo houve a inauguração, o sistema funcionou no dia e nunca mais, há quatro anos.*

No quesito habitação, há uma demanda crescente por melhores condições de moradia adequadas, embora não sejam tão precárias como em outras épocas, pois não foram identificadas as casas de taipas. Muito pequenas, o padrão não atende à demanda, cuja composição familiar gira em torno de cinco pessoas por família. Para a Sra. Francisca de Pau D’Arco Parateca, com uma população de mais ou menos 600 famílias, o terreno livre poderia ser maior para as famílias poderem ampliar.

Todas possuem energia elétrica monofásica nas casas. As vias de acesso são extremamente precárias, em períodos de chuva pessoas ficam “ilhadas” as crianças não vão à escola, diz Renilde de Parateca. Das quinze comunidades visitadas, em torno de 70%, tem carência de instalações sanitárias ou os banheiros não estão ligadas/canalizadas a um sistema de esgoto rural.

As políticas de educação para as comunidades quilombolas estão por acontecer em escala na forma definida em que: “Para elevar a qualidade da educação oferecida às comunidades quilombolas, o Ministério da Educação oferece, anualmente, apoio financeiro aos sistemas de ensino” (Educação Quilombola – Apresentação).

Embora uma parte da população tenha clareza quanto ao teor do Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que refere à formação continuada de professores, ao

material didático com foco na afirmação da ancestralidade e afirmação, ainda não consegue legitimar sua representação junto aos gestores municipais, responsáveis pela viabilização do programa nas escolas quilombolas. No mesmo bojo estão a construção e melhoria das edificações e espaços físicos. Ainda há um longo caminho a ser perseguido até a implantação e implementação das políticas de educação quilombola.

Aliado a essas diretrizes a inclusão de merenda de qualidade com produtos das hortas escolares, seguido do estímulo à produção local da agricultura familiar por meio do PNAE⁷ e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

No entanto, as lideranças e os mais envolvidos com a luta quilombola conhecedores dos direitos buscam os órgãos municipais responsáveis pela implantação dos programas, sem que haja encaminhamento favorável para o conjunto das comunidades. Ainda que em relação à merenda cerca de 50% dos familiares estão satisfeitos com a qualidade do que é servido: frutas, polpas naturais, verduras, carboidratos, proteínas, por exemplo.

Um total de 13 das comunidades não possuem postos de saúde nem médicos, o atendimento é realizado ineficazmente na sede dos municípios e dez possuem agentes de saúde, das quais seis são da própria comunidade. Em Barra do Parateca tem um posto de saúde e um médico duas vezes por semana. Apenas uma, Rio das Rãs, tem uma ambulância, que busca servir as comunidades mais próximas, de acordo com as diretrizes do Brasil Quilombola, as demais desembolsam valores que vão de R\$ 150,00 a R\$ 200,00 em caso de emergência, isso porque que as prefeituras não atendem os chamados em caso vida ou morte, partos, outros. Há uma importante incidência de pessoas com anemia falciforme sem atendimento específico voltado para essa população.

Além das associações o que garante o debate para a titulação da terra, o acesso aos programas do governo federal, outras formas de organização estão consolidadas, o Conaq, conselhos quilombolas, comitê da bacia do São Francisco e afluentes, outros.

As comunidades remanescentes de quilombos concentram uma história intimamente relacionada a conflitos socioambientais, “no âmbito de suas lutas pela

⁷ A [Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009](#), determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) deve ser utilizado na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações, priorizando-se os assentamentos da reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e as comunidades quilombolas.

efetivação de seus direitos étnicos e territoriais” (Peralta, 2012), garantidos no contexto de uma legislação pouco efetivada na prática, devido aos confrontos de interesse entre essas comunidades que lutam pela territorialidade e os produtores rurais ocupam extensões de terra para a prática da pecuária, principalmente.

Identificou-se essa dinâmica na fala da comunidade e compreendida nas observações guiadas pelo espaço do território que se diferenciam onde os conflitos são mais intensos e as comunidades estão encurraladas. Nessas condições inexistem práticas ambientalmente sustentáveis pelos remanescentes de quilombos, lhes falta a terra para exercer o estreitamento das relações de proteção e conservação, que juntamente com outros aspectos culturais atribuem à - terra -, o sentido de território de acordo com o Decreto 4.887, 2003; PNPCT, 2007; C169, 1989, citado em Peralta, 2012 “o espaço geográfico necessário para a reprodução física e social, mas também cultural e ambiental”.

Todas as comunidades apresentam questões ambientais de várias ordens, o desmatamento é uma realidade percebida na maioria das visitas, seja pela presença das fazendas de gado, em maioria, ou pela ação inadequada de quilombolas que argumentam ser a única opção para realizar algum plantio de culturas de subsistência, dessa forma há uma supressão importante da vegetação, isso onde ainda existe. Foram encontradas pequenas roças nas margens do rio São Francisco ou em seus afluentes, como é caso da comunidade de Fortaleza, **figura 7** ou em lagoas marginais. A comunidade de Rio das Rãs, primeira a ser titulada praticam a retirada de madeira da área de reserva legal com o argumento que precisa fazer cerca e não tem de onde tirar.



Figura 7: Comunidade Fortaleza. Bom Jesus da Lapa.

Na mesma comunidade vem sendo executado um projeto financiado pelo CBHSF que visa “Promover a recuperação hidroambiental, do rio das Rãs por meio de controle de processos erosivos, adoção de práticas de conservação do solo, proteção de nascentes e adequação das estradas rurais, diminuindo desta forma o processo de assoreamento, e melhorando a qualidade e quantidade das águas deste córrego”, **figura 8.**



Figura 8: Rio das Rãs. Projeto Hidro Ambiental.

Foram encontradas comunidades de Barro e Água Fria em Serra do Ramalho e Lagoa das Piranhas em Bom Jesus da Lapa, contempladas com o Programa Bolsa Verde, contudo verificou-se a falta orientação para a ação pelas famílias, assim como cooperação entre os moradores no cuidado ambiental. Uma observação que procede vai no sentido de que não há coleta de lixo, esse é queimado, como uma prática permanente.

Com relação aos cuidados com o rio, lagoas, segundo informação de Água Fria, **figura 9**, alguns moradores e muito mais as pessoas de fora vão explorar as margens do rio e a lagoa para plantio, para isso praticam o desmatamento, usam veneno, defensivos. Por receio de retaliação, termina que as responsáveis (todas são mulheres) pelas atividades de conscientização para a preservação e conservação, evitam o confronto. Com as crianças o trabalho acontece mais fácil, todos colaboram com o seu lugarzinho, porém é preciso boas referências dos pais e moradores.

As crianças precisam conhecer a história do rio, a sua relação com a vida dos ancestrais, aprender a respeitar, preservar e conservar para a sobrevivência da comunidade e proteção ao meio ambiente. Sobre o rio do jeito que está secando, a previsão é que seja um rio intermitente. O que tem acabado com o rio, são as barragens e piorou quando os municípios passaram a dá licença. Os afluentes não têm mais água. Disse que ia chegar no tempo de se plantar na cama do peixe e fazer cacimba na beira do rio, chegou o tempo.

O rio conta a cultura quilombola, influencia na música, dança, tem influência além da festividade de São Francisco. Reforçamos a importância de envolver crianças e jovens nas ações de meio ambiente, religiosidade, conhecer e praticar. Apesar das limitações, estão buscando seguir a contextualização quilombola. Tem um braço do rio com a metade do que foi antes.



Figura 9: Comunidade Barreiro Grande. Serra do Ramalho.

O Programa Bolsa Verde, é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Social em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, conforme segue:

O Programa de Apoio à Conservação Ambiental Bolsa Verde, lançado em setembro de 2011, concede, a cada trimestre, um benefício de R\$ 300 às famílias em situação de extrema pobreza que vivem em áreas consideradas prioritárias para conservação ambiental. O benefício será concedido por dois anos, podendo ser renovado. Como 47% das 16,2 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza estão na área rural, a proposta é aliar o aumento na renda dessa população à conservação dos ecossistemas e ao uso sustentável dos recursos naturais (MMA).

A comunidade de Lagoa das Piranhas, **figura 10**, apresentou um relato de degradação ambiental sobre a lagoa, exercida pelos fazendeiros, desde queimadas, desmatamento responsável em grande parte pela drenagem da lagoa. Pessoas da comu-



Figura 10: Comunidade Lagoa das Piranhas. Bom Jesus da Lapa.

nidade empregada nas fazendas acabam com a mesma prática.

Os órgãos de meio ambiente são acionados sem retorno, não funciona. O projeto de irrigação da Codevasf para plantação de banana vem despejando veneno na lagoa, **Figura 11**, e muitos homens dos trabalhadores estão intoxicados.



Figura 11: Lagoa das Piranhas. Roda de Conversa.

Questões ambientais identificadas nas comunidades:

Desmatamento, principalmente para a pecuária;
Áreas protegidas: destruição e poluição de manguezais, sem fiscalização;
Assoreamento do rio São Francisco;
Lagoas marginais secas pelos fazendeiros;
Insegurança alimentar;
Terras ocupadas por fazendeiros, terras da União e que por direito ancestral pertence aos quilombolas;
Realidade povoada de conflitos constantes decorrente da ação dos fazendeiros;

Perda de preservação da história;

Famílias contempladas pela Bolsa Verde praticam a queima do lixo porque não há coleta;

Tentam trabalhar dentro da realidade do território. Na escola os professores abordam a questão ambiental, a importância da preservação e recuperação da vegetação, das árvores nativas, das lagoas. Mantém uma horta orgânica escolar para a alimentação e canteiros medicinais para as aulas vivas/a céu aberto. Buscam conhecer como se usa uma planta, raiz, caule, casca, folhas, flores, saber distinguir a idade de uma árvore;

Reconhecem que há pouco investimento em atividades sobre os costumes e o modo de viver da comunidade. Isso é educação quilombola. Trabalhar a cultura quilombola em relação ao meio ambiente, religiosidade, conhecer e praticar. Apesar das limitações, estão buscando seguir a contextualização quilombola.

7. PERCEPÇÃO DO CONTEXTO

As comunidades de modo geral todas as quinze têm em comum uma carência das políticas sociais de educação e saúde, sem considerar a questão da terra que juntas com outros aspectos representam uma considerável lacuna para a melhoria da qualidade de vida dos remanescentes de quilombo.

De certo modo, a forma de sobreviver é específica em cada comunidade, se é mais ou menos estruturada, em seu contexto comunitário que somado ao processo em que se encontra o acesso à terra, contribui para a melhor organização. A maioria, continua na fase de certificação, o processo no Incra tem sido bastante demorado, um dos argumentos é que são apenas cinco antropólogos para o Estado da Bahia, que possui um número elevado de comunidades reconhecidas.

Embora existam escolas cuja edificação e estrutura física siga o padrão, o ensino não é contextualizado a partir o Projeto Político Pedagógico – PPP, os temas sobre a cultura ancestral é trabalhada um pouco mais na Comunidade de Lagoa das Piranhas, há uma professora residente na comunidade que informou ser quilombola do litoral de São Paulo, informa ter consciência da história o que a motiva a conduzir os processos educa-

tivos buscando as raízes. Contudo, há muito a ser concretizado, principalmente quanto aos livros didáticos que não atendem a especificidade do modelo de educação quilombola.

Na comunidade Parateca Pau D'Arco, a escola foi construída, inaugurada e nunca entrou em funcionamento, pelo contrário está abandonada, o mato tomou conta, os animais entram, segundo Renilde representante da comunidade, não se sabe como, há cadeado nos dois portões. Em Nova Batalhinha, não há escola nem educação contextualizada, a cultura quilombola se resume às datas, comemorativas. A comunidade Lagoa do Jacaré levam suas crianças para estudar nas escolas tradicionais em Bom Jesus da Lapa pela manhã retornando à tarde.

8. COMENTÁRIO

As atividades que originaram este relatório atenderam satisfatoriamente a proposta do levantamento das informações das ações em comunidades remanescentes quilombos no Estado da Bahia (Etapa 1), região do Médio São Francisco/Território de Identidade – Velho Chico, sobre meio ambiente e qualidade de vida; educação; saúde; educação ambiental; social; acesso à terra e à água; habitação; infraestrutura e cultura.

O resultado das visitas técnicas demonstrou que o acesso aos programas de efetivação das políticas públicas está longe de ser efetivado em escala e qualidade, iniciando pelo acesso à terra, o passo central para a conquista e legitimação da territorialidade. Nesse bojo estão os processos de educação quilombola, primordial no afloramento, recepção e afirmação de pertencimento da ancestralidade quilombola. Acreditando que os processos educativos são capazes e possíveis de contribuir para o enfrentamento das contradições, notadamente no que diz respeito à precariedade das condições de saúde pela ausência da atenção básica e integrada, verificado nas comunidades.

Nessa direção foi evidenciado o estado da arte, também, dos aspectos de habitação, segurança hídrica e alimentar, infraestrutura que inclui vias de acesso à eletrificação atendido dentro do possível, comunicação precária em Barro, **figura 12**, Peroba, Parateca e Pau D'Arco. Em comunidades as vias de acesso são muito ruins e transporte não existe ou são frutos arranjos na comunidade que custam muito.

Convém observar que os aspectos ambientais correm na esteira dos demais discutidos nas várias etapas deste relatório e um deles, a regularização fundiária, realçado pela especificidade para o pertencimento do território sem o qual as comunidades ainda se encontram impossibilitados de exercer o protagonismo na recuperação e preservação do meio ambiente, o qual está bem degradado, uma herança negativa dos fazendeiros.



Figura 12: Comunidade de Peroba. Bom Jesus da Lapa.

Os aspectos abordados no levantamento sinalizaram para o significado histórico do reconhecimento, a partir da Constituição/88, à auto identificação enquanto remanescentes quilombolas. Daí para a implantação e implementação da política e dos programas tem-se um largo horizonte e intervalos, no caso das comunidades participantes do estudo, pois o processo para a titulação segue um ritmo, cujos resultados estão aquém do reivindicado pelos remanescentes quilombolas.

Embora o quadro revelado não tenha sido de grandes avanços até os dias de hoje, há grande significado as conquistas adquiridas, principalmente no governo Lula. Do que foi implantado muito há para ser melhorado de formas a cumprir o que está na lei sobre as comunidades remanescentes de quilombo.

9. REFERÊNCIAS

-----, Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em: 24 de mar.de 2016.

A história e a geografia de Serra do Ramalho. Disponível em: <http://serradoramalhoba.com.br/?p=10>. Acesso em: 22 de mar. 2016.

ATO CONVOCATÓRIO 022/2014. Disponível em: http://cbhsaofrancisco.org.br/wp-content/uploads/2015/03/ATO-022_2014-BOM-JESUS-DA-LAPA-RIO-DAS-RAS-08_09_2014.pdf. Acesso em: 26 de mar. de 2016..

Blog da Cultura. Disponível em: <https://plugcultura.wordpress.com/tag/territorios/>. Acesso em: 20 de mar. de 2016.

Comunidade Quilombola Mesquita. Disponível em: http://ancestralidadeafricana.org.br/?page_id=132. Acesso em: 18 de mar. de 2016.

Comunidades quilombolas reconhecidas no Brasil. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/comunidades-quilombolas-reconhecidas-no-brasil/41057/>. Acesso em: 23 de mar. de 2016.

Comunidades Quilombolas. Disponível em:

Comunidades Quilombolas. Disponível em: <http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/programa-brasil-quilombola>. Acesso em 24 de abr. de 2016.

COSTA, Ivan Rodrigues. CONAQ: Um Movimento Nacional dos Quilombolas. Disponível em: <http://www.est.edu.br/periodicos/index.php/identidade>. Acesso em:24. 23 de mar. de 2016.

Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=83>. Acesso em: 23 de mar. de 2015.

Quilombolas. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/quilombolas>. Acesso em: 20 de mar. 2015.

ANEXOS

Anexo 1: Agenda das visitas técnicas

Anexo 2: Questionário